

Entre o ficar e o sair: A permanência dos jovens sem-terra no assentamento Pirituba/SP*Between staying and leaving: The permanence of landless youth in the Pirituba/SP settlement*Giovana Rodrigues Marins¹, UEPG**Resumo**

Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O campo empírico foi o assentamento Pirituba, dos municípios de Itapeva/SP e Itaberá/SP, pela longa historicidade local, bem como pelos conflitos da contemporaneidade. Os conceitos de identidade e geração foram importantes para a análise do trabalho, visto que os objetivos foram compreender o processo identitário da juventude e o aspecto geracional na permanência, ou não, dos jovens à terra. Em termos metodológicos foi utilizada a história oral, na qual sete entrevistas foram realizadas, entre os anos de 2020 e 2022, com os jovens e seus pais. Ao longo do texto, as entrevistas serão analisadas pelo viés da historicidade da luta pela terra na região, as particularidades dos jovens da localidade e os vetores de permanência desses sujeitos na terra.

Palavras-chave: Jovens; Assentamento Pirituba; Identidade; Permanência; MST.

Abstract

This article presents part of the research carried out for the Course Conclusion Work in History at the State University of Ponta Grossa. The empirical field was the Pirituba settlement, in the municipalities of Itapeva/SP and Itaberá/SP, due to its long local history and contemporary conflicts. The concepts of identity and generation were important for the analysis of the work, since the objectives were to understand the identity process of youth and the generational aspect in the permanence, or not, of young people on the land. In methodological terms, oral history was used, in which seven interviews were conducted between 2020 and 2022 with the young people and their parents. Throughout the text, the interviews will be analyzed through the lens of the historicity of the struggle for land in the region, the particularities of the local youth and the vectors of permanence of these subjects on the land.

Keywords: Youth; Pirituba Settlement; Identity; Permanence; MST.

Considerações iniciais

Por ter crescido e vivido durante um período significativo na cidade de Itapeva/SP, município em que se localiza o assentamento em análise, criei ideias pré-concebidas acerca desses sujeitos, que nada tinham a ver com a realidade encontrada². A partir das concepções de outrem, meus pensamentos acerca dos indivíduos desta pesquisa foram construídos pelas ideias de julgamento que pairavam/pairam o senso comum. Ao longo da minha trajetória acadêmica

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2022). Mestranda em História pela mesma instituição. E-mail: giovanaro2015@gmail.com

² Os dois primeiros parágrafos estão escritos em primeira pessoa, por se tratar de uma experiência pessoal da pesquisadora, porém, os demais estão na linguagem impessoal.

essa realidade foi superada pelo interesse em estudar e compreender as dinâmicas sociais daquele local, e, assim, esta pesquisa emergiu para o plano concreto.

Considerando o contexto apresentado, o presente artigo resulta do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado entre os anos de 2020 e 2022. Tem como intuito compreender a permanência dos jovens sem-terra na luta pelo campo no assentamento Pirituba/SP. O objetivo é tratar sobre os anos iniciais do assentamento e a historicidade em relação aos jovens sem-terra e a possibilidade, ou não, de permanência da juventude na terra.

Para a realização da pesquisa, os dados coletados partiram de sete entrevistas, tendo como sujeitos os jovens que nasceram e/ou cresceram no assentamento e seus pais, que integraram a luta pela terra, resultando em quatro famílias distintas. A escolha dos sujeitos não ocorreu arbitrariamente, ao contrário, teve a intencionalidade de perceber os aspectos geracionais implicados em suas falas. Os sujeitos da pesquisa que foram entrevistados neste trabalho estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

NOME	GÊNERO	OCUPAÇÃO	LOCAL	FAMÍLIA
Agatha ³	Feminino	Agricultora e diretora.	Agrovila VI	1ª família.
Citrino	Masculino	Agricultor	Agrovila II	2ª família.
Esfênio	Masculino	Agricultor e professor	Agrovila VI	1ª família.
Esmeralda	Feminino	Estudante	Agrovila II	2ª família.
Rubi	Feminino	Estudante	Curitiba/PR	3ª família.
Safira	Feminino	Agricultora	Agrovila V	4ª família.
Topázio	Masculino	Estudante	Agrovila III	1ª família.

Fonte: A autora.

A escolha dos entrevistados se deu em conjunto com o movimento dos trabalhadores sem-terra da região, que integraram todas as etapas deste trabalho. Os critérios para a seleção dos sujeitos foram: 1) jovens: nascidos e/ou criados nas dinâmicas ativas do movimento, com a faixa etária entre 18 e 25 anos; 2) pais: participação no processo de ocupação durante os anos de 1980 e 1990. Ressalta-se que esta pesquisa não tem vínculo nenhum com o Movimento Sem-Terra (MST) enquanto organização, o objetivo é compreender sobre a relação de permanência dos jovens na terra, analisando o processo histórico-social do fenômeno, com total comprometimento do fazer historiográfico.

³ A fim de conservar a imagem de todos os entrevistados, optou-se pelo uso de pseudônimos. Todos os que participaram deste estudo possuem nomes de pedras preciosas, visto que Itapeva, município que abarca a pesquisa, é conhecida como a capital dos minérios.

Foi realizado um levantamento etnográfico dos jovens do assentamento, entendendo como uma leitura possível do mundo em que os sujeitos estão inseridos, não como a realidade em si. No que tange aos aspectos metodológicos, foi utilizada a entrevista semiestruturada, em que havia um roteiro previamente estabelecido, que possibilitou permear os meandros da subjetividade dos jovens sem-terra. Esse instrumento permitiu a realização de um mapeamento dos sentidos e da permanência da juventude camponesa, entendendo a historicidade do assentamento Pirituba e interação geracional entre jovens e pais camponeses.

Caminhos da luta pela terra

Em meados de 1980 iniciou o processo de ocupações no Brasil, contudo, antes desse marco o local analisado nesta pesquisa demonstrava o seu potencial de conflitualidade camponesa. O processo da luta pela terra no assentamento Pirituba remonta aos anos de 1950, durante o governo de Adhemar de Barros (1947-1951), no Estado de São Paulo, pois o governador se interessou pela região como fonte de renda estadual. Desse modo, a disputa pela localidade não se trata de um fenômeno recente, dado que o local fora em diversas ocasiões foco das autoridades políticas regionais e estaduais. Recorrendo ao mandato de Barros como exemplo para entender a sua historicidade, Gentil da Silva Garcia Junior (2001) afirmou que o principal objetivo do governador era industrializar gradativamente o Estado, em prol do nacionalismo. Ademais, pesquisas como a de Ana Terra Reis (2013) indicam que o local que hoje abriga o assentamento participou do processo angariado por Adhemar:

O governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um polo destinado à ampliação da lavoura do trigo. Para isso entregou a fazenda a um agrônomo italiano chamado de Lino Vicenzi. Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo (REIS, 2013, p. 34).

O projeto do governador não foi efetivo, visto que o engenheiro distribuiu as terras conforme o seu interesse e de aliados próximos. Os camponeses que moravam na região passaram a sofrer com os sistemas de trabalho local, como meeiros e arrendatários⁴, pois dependiam de negociações com os fazendeiros da região.

O processo de precarização da mão de obra camponesa foi gradual e sistêmico, e esteve em consonância com o contexto nacional. Assim, a mobilização dos camponeses nos

⁴ Meeiro e arrendamento são categorias de trabalho comuns no campo. No caso dos meeiros, o camponês divide os lucros com o proprietário do imóvel. No arrendamento rural, é firmado um contrato entre as partes interessadas, usufruindo da terra do proprietário por um tempo estabelecido.

municípios de Itapeva/SP e Itaberá/SP, cidades em que se localizam o assentamento Pirituba, integrou os movimentos independentes⁵ do início dos anos de 1980, formado por três grandes ocupações, em 1981, 1982 e 1984, com apenas a última liderada oficialmente pelo MST.

Acerca das dinâmicas de lutas dos assentados, diferente de outros cenários, não foi realizada prioritariamente por sujeitos que vieram de fora da região ou dos perímetros urbanos, mas sim pelos camponeses da própria localidade, o que indicia o histórico de conflitualidade interna. A partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas, a impressão que permaneceu foi a de que durante longos anos a população camponesa sofreu com a elite agrária local⁶, modificada conforme os anos e as políticas que aconteceram na região, mas mantida a exploração vigente em seu cerne.

O cenário só mudou a partir das ocupações de 1981, quando os camponeses do sudoeste paulista vislumbraram melhores perspectivas futuras a partir da mobilização da luta pela terra. O entrevistado Citrino, morador da agrovila II⁷, está no assentamento desde 1984, e conta:

Nasci no campo, na roça, meus pais já trabalhavam na roça, né, toda vida. Eu nasci num bairro rural, onde eles trabalhavam na terra em sistema de parceria, né. Eles moravam num sítio, em que tinha um patrão, que era o dono do sítio, e eles cultivavam no sítio, e dividiam a metade com o padrão. Eu vivi toda a minha infância, de criança, conhecendo esse mecanismo de produção de trabalho. Acompanhando os meus pais criança, depois jovem. Só sai desse jeito de viver, de produzir com 21 anos, quando eu vim pro assentamento, daí que houve essa mudança (CITRINO, 2021).

Para os entrevistados participantes do processo de ocupações, a mudança de contexto veio com o acampamento. É provável que houvesse alguma mobilização por parte dos camponeses na região antes da chegada do MST, devido à dificuldade na maneira de produzir mencionada pelo entrevistado⁸, contudo, nenhum episódio foi mencionado. Ao que parece as mobilizações camponesas de maior proporção na região aconteceram em consonância com as de nível nacional no início da década de 1980.

⁵ Esses movimentos independentes deram origem ao MST no início dos anos de 1980.

⁶ Ao longo do trabalho, visto que não era o foco que se propunha, não foram encontrados episódios de resistência camponesa anterior aos anos de 1980. Contudo, não há a intenção de colocar a classe camponesa como passiva no processo exploratório vivido entre os anos de 1950 e 1980 na região, pois fazer isso seria apagar a luta camponesa, que vem se mobilizando de forma organizacional, mesmo com percalços, desde os anos de 1950, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁷ O assentamento em análise divide-se em Agrovilas, que são espécies de bairros rurais, onde há a divisão de lotes de moradia e produção, em que cada família recebe uma quantia de ambos para a sobrevivência. Essa configuração espacial de seu por conta da história do movimento na região, em que a conquista de toda a área produtiva, de quase 18.000 hectares, levou em média 12 anos para ser concluída.

⁸ Esta afirmação advém das dificuldades enfrentadas pelos camponeses da região devido ao modo de produção em que trabalhavam que foram evidenciadas na pesquisa.

De volta à análise da fala de Citrino, esta explicita como era a realidade dos trabalhadores da região pouco antes das movimentações camponesas, em que viviam sobre a lógica produtivista do campo. A classe trabalhadora camponesa viu nova oportunidade de vida, visto que as fileiras da luta pela terra estavam aumentando na região, como o próprio entrevistado mencionou novamente:

[...] tinha um bairro considerado aqui para a zona rural, de 100 famílias, e as famílias estavam indo embora, a maioria já tinha ido embora quando nós ficamos, né, e fomos percebendo essa mudança no sistema de produção. O trabalho era 100% manual, e nesse período já não estava sendo mais, os tratores estavam o serviço que nos fazia, parte das terras estavam ocupadas por pastagem, outras com florestas de eucaliptos, pinos. E nós fomos sem ter condição de sobreviver naquele lugar, né. [...]. **Coincidiu que em (19)84 teve a primeira ocupação aqui na Pirituba, bem próximo de nós, eu nasci em Itararé, e Pirituba tá em Itapeva e Itaberá, né. Então, tava bem pertinho, e soubemos da ocupação, do acampamento, e soubemos das conquistas que tiveram com a conquista da terra em (19)84.** E daí, juntou o fator o acampamento de 84, e o tema da campanha de 85. Então houve uma, foi nesse período que decidimos então fazer parte de um novo grupo, orientado, organizado pelo sindicato de trabalhadores rurais de Itararé e de Itaberá, e apoiados pela igreja católica, principalmente (CITRINO, 2021, grifo nosso).

Existe um elemento que chama atenção na fala de Citrino: a resistência camponesa como inerente à região. O assentamento Pirituba foi um dos primeiros em contexto nacional, o que demonstrou a necessidade imediata que a região tinha de sair do ideal capitalista que se estabeleceu no campo. Esse processo foi iniciado, principalmente, por meio do sindicato rural de Itaberá/SP e da Igreja Católica da mesma cidade, além das conversas cotidianas, que se espalharam rapidamente pela região. Com a observação de campo, foi possível perceber que ambas as instituições, tanto a Igreja como o sindicato, estiveram presentes e foram mobilizadoras na luta inicial estabelecida. Como aponta João Pedro Stedile (2012), os espaços mencionados eram comuns para a mobilização camponesa. Todavia, hoje já não é possível perceber suas participações ativas no assentamento Pirituba, integrando somente as lembranças dos primeiros acampados.

Citrino também demonstrou quais eram os problemas apresentados no local. Evidenciou-se no decorrer da pesquisa que o governo regional não deu suporte e aparatos para que a comunidade camponesa tivesse condições de sair do processo exploratório que se estabeleceu. As autoridades locais se mostraram apoiadoras da elite agrária, que ameaçava constantemente os camponeses. Um dos entrevistados, Esfênio, morador da Agrovila VI, que está no assentamento desde 1994, afirmou que durante o acampamento, no “[...] dia a dia ali,

nós temos que ficar em constante vigilância, porque pode vir alguém a mando do fazendeiro, ou alguém que estava usando aquela terra tirar a gente ali, pode vir a própria polícia” (ESFÊNIO, 2021).

A partir dos relatos dos entrevistados entende-se que o apoio policial para com a elite - que não utilizou apenas aparatos estatais⁹ - foi imediato ao processo de ocupação. Dessa maneira, seus interesses foram assegurados, mesmo que sua permanência no local fosse indevida, como mostrou Reis (2013). As terras que hoje abrigam o assentamento Pirituba nunca foram entregues legalmente aos fazendeiros que se estabeleceram na região. O que se viu anterior ao processo de ocupações, segundo a autora:

Foi um amplo processo de grilagem das terras, de acordo com o interesse dos grandes proprietários e dos funcionários públicos responsáveis. Formaram-se grupos de proprietários que passaram a explorar a área; estes eram denominados como ‘holandeses’ e ‘batagins’, de acordo com a origem de suas famílias (REIS, 2013, p. 125).

A distribuição indevida de terras não é um problema isolado do assentamento desta pesquisa, mesmo com a chamada modernização agrícola, em que houve o aumento da área produtiva e das tecnologias no âmbito rural, manteve-se o caráter conservador do campo brasileiro. Isso porque esse processo das últimas décadas aconteceu de maneira excludente e beneficiou apenas parte da produção, em especial a de exportação, produzida pela elite rural com o objetivo de atender os interesses e estimular o crescimento do agronegócio. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008), em contexto nacional, o espaço territorial agrário ampliou, mas as altas concentrações de terra permaneceram. Assim, a reforma agrária apareceu como resposta à questão territorial mal resolvida historicamente no Brasil.

Sobre a fase inicial do assentamento, ainda no processo de acampados, os assentados relatam que tiveram a precariedade como fator notável, mencionaram as dificuldades vivenciadas e a importância que havia na ajuda comunitária. Contudo, mesmo com os ataques que sofriam daqueles que dominavam no período e que contavam com o apoio das autoridades municipais, muitos trabalhadores resistiram. Agatha, moradora da Agrovila VI, menciona:

[...] houve uma vez foi um despejo muito feio, né. Estávamos em uma área perto da agrovila II, diante de onde nós estamos agora, onde estamos assentados. Onde veio uma ordem de despejo, e tínhamos uma pequena área de feijão para uso, consumo da comunidade das famílias acampadas, e veio o

⁹ Os entrevistados relataram a presença de jagunços e dos próprios fazendeiros na região, que ameaçavam constantemente os camponeses que lá estavam.

batalhão de polícia com trator. O batalhão de polícia cercou a área de plantio, cercou a área onde tínhamos plantado feijão, cercou de polícia, e entrou o trator adentro e moeu toda a plantação de feijão que ia ser alimento para as famílias. Moeu tudo na frente das famílias. As famílias em volta, chorando, vendo a comida sendo destruída. Então, essa vivência foi muito forte, mas que ao mesmo tempo deu muita energia, muita coragem para continuar na luta, e correr atrás de resistir na luta. Marcou, mas marcou para a resistência, para continuar a resistência, essa foi uma das vivências (AGATHA, 2020).

Ao contar o período vivenciado, Agatha transpareceu a emoção¹⁰. Houve sinais do orgulho em ter participado do processo, deixando claro a identificação e identidade com a luta pela causa. Para a entrevistada, o momento de resistência fez com que os acampados continuassem na terra, porém, a violência como elemento desta realidade foi apresentada no decorrer das entrevistas e percebida como constituidora da memória local, em que estabeleceu uma coesão memorial entre a maioria dos assentados.

O acervo de lembranças do lugar é composto pela seletividade dos sujeitos, visto que, segundo Joel Candau (2016, p. 23): “[...] a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento [...], é feita igualmente de esquecimento”. Desse modo, a violência é constantemente lembrada entre os sujeitos da análise e pela própria seleção da memória, torna-se perceptível a sua relevância no assentamento.

Ao longo do trabalho realizado com os assentados, a apreensão e o sofrimento foram vistos como elementos constituintes da resistência, mas também do afastamento e desistência de um novo projeto de vida que o acampamento se propunha. Assim, a versão dada pela entrevistada é apenas uma das perspectivas possíveis. Esfênio, que é esposo de Agatha, exhibe outra dimensão da apresentada pela companheira e revela novamente como o aparelhamento do Estado pode se alinhar aos interesses dos grandes latifundiários:

[...] outra situação, de quando a gente se depara com a realidade, né, da luta pela terra, a gente vai percebendo que esse sonho ele ainda vai demorar um pouco a ser realizado, devido as forças contrárias, né. A democratização da terra, principalmente o poder jurídico, o próprio poder militar, que acaba apoiando né, os fazendeiros. Mesmo que o fazendeiro irregular na terra, o jurídico e a força militar acaba apoiando ele. E aí a gente vai percebendo isso quando estamos acampados, e vai ficando um pouco frustrado, desmotivado. Tanto é que, no nosso grupo aproximadamente 50% das famílias que ficaram acampadas nas primeiras semanas depois desistiram, por causa dessa frustração, e dessa demora de conquistar a terra, né (ESFÊNIO, 2021).

¹⁰ Observação feita a partir das anotações do diário de campo feito no decorrer da pesquisa.

Para o entrevistado, as atrocidades por parte do Poder Judiciário para assegurar os grandes proprietários afastou parcela dos camponeses que integravam a luta inicial pelo assentamento, constituindo um percentual significativo daqueles que não permaneceram na terra devido a este fator. É necessário mencionar que o acampamento se trata de uma fase inicial para a reforma agrária, por isso, é um momento de rupturas e desafios, em que o sujeito cria e projeta nova forma de identidade. Além disso, o acampamento é um espaço em que os sujeitos se identificam com a luta e esperam melhores oportunidades de um novo modo de se viver. O atraso desse plano muitas vezes pode significar a desistência.

Todo o cenário de entrada para o acampamento ainda exerce relevância na vida dos assentados, até mesmo dos jovens, visto nas narrativas encontradas ao longo do trabalho. O período das ocupações e as memórias trazidas por elas são colocados como pontos importantes para a juventude. A trajetória do assentamento não ficou somente nas lembranças dos pais, também se fez presente na narrativa dos filhos. Os jovens as recordam como parte de suas vidas; recorrem ao passado como forma de se reconhecerem como grupo do assentamento. Michael Pollak (1989) afirma que essa memória herdada tem por finalidade manter a coesão do coletivo, defender as fronteiras que se têm em comum, em que o território é incluído. Esse é o caso de Rubi, que relata uma memória que não é sua, mas faz parte de seu conjunto individual. A entrevistada diz:

Minha mãe, ela... ela foi pro assentamento quando ela tinha onze anos, então ela todo adolescência dela, toda a juventude dela lá, e só saiu de lá quando ela casou com o meu pai. E o assentamento, ele existe desde 1984, né?! A maioria dos meus tios já eram mais velhos, então muitos já tavão com filho na época que, na época que meu vô ocupou lá e conseguiu uma terra pra ele, junto com a minha vó. Então muitos já tinham suas casas, mas alguns não, e ficaram ali no assentamento junto com a minha mãe. De dez filhos, eu acho que tinham quatro lá no assentamento. E aí, esses foram os tios que eu cresci com mais contato, né. Mas do que todos os outros na região de Itaberá, assim. E aí, sempre indo para lá, né. Durante minha vida inteira, então eu sentia muito pertencimento com aquele espaço, apesar de morar na cidade (RUBI, 2020).

O percurso da narradora difere dos demais jovens, já que a mesma não cresceu no cotidiano vivido no assentamento. A interação dos finais de semana, em conjunto com as memórias transmitidas pela mãe, fez com que a entrevistada se identificasse com o local, o que demonstrou a força da historicidade e da memória que paira o assentamento. Com isso, Rubi evidenciou como a identidade transpõe os limites físicos e integra o processo subjetivo do sujeito, criado a partir da materialidade. Ainda assim, ela não foi a única que mostrou a força do passado de lutas do assentamento, visto que todos os jovens em algum momento

mencionaram isso. Rubi integra um conjunto de jovens que se identificam e se reconhecem na história do assentamento. Este grupo pode até não integrar a maior parte dos jovens do assentamento, dado que este trabalho se refere a um número limitado de fontes, entretanto, não pode ser ignorada a sua existência.

Os entrevistados evidenciaram ao longo de suas narrativas como a historicidade do acampamento foi significativa em suas trajetórias individuais e como este processo marcou uma mudança completa no modo como viviam. Além disso, revelaram que este passado não ficou circunscrito apenas aos que participaram da luta, mas também se fez presente na vida dos jovens, os quais não participaram da conquista pela terra.

Juventude camponesa em análise

Esta pesquisa entende jovem como todos aqueles que se encontram entre a fase da puberdade e o início de uma vida mais madura, que ainda não são plenamente responsáveis por tudo que caracteriza o período adulto, por isso, não são considerados chefes de suas famílias, definição de John Durston (1998), na qual o estudo foi empreendido. Todos os jovens que o integraram estão ligados às dinâmicas familiares de seus pais ou apoiados de alguma maneira a este alicerce familiar. Além disso, suas faixas etárias correspondem à idade de 18 a 25 anos, sendo todos estudantes do ensino superior até período das entrevistas.

Sobre a juventude enquanto categoria sociológica, parte das vezes é retirada das instituições comunitárias, que não os enfrentam enquanto sujeitos capazes de suas escolhas. Isso acontece devido às suas necessidades e particularidades, como bem aponta Elisa Guaraná de Castro (2016), serem invisibilizadas. Todavia, a incapacidade de tomar decisões não corresponde à realidade encontrada, uma vez que os jovens do assentamento Pirituba se mostraram aptos a criarem espaços culturais e sociais próprios, mesmo com aparente inatividade no movimento sem-terra. Para Rubi, há espaços em que os jovens têm “[...] uma interação muito grande entre si ainda, de ir à casa do amigo, ficar lá, jantar, ir pra... a quadra da escola é um, tipo, um ponto de encontro assim, que eles sempre vão, ou pra jogar bola ou só pra conversar” (RUBI, 2020). Porém, a entrevistada explicita que a mobilização dos jovens com o MST é algo deficitário, já que, conforme menciona: “[...] vejo muito desmobilizada, porque eu não vejo trabalhos acontecendo, no sentido de unir mais” (RUBI, 2020).

Os jovens possuem interações ativas, seja pela configuração do lugar ou pelas instituições existentes, como o exemplo da escola trazido por Rubi, entretanto, a mobilização no espectro organizacional não acontece da mesma maneira. Tendo em vista as particularidades

desse sujeitos em suas dinâmicas de socialização, foi preciso desprender de ideais deterministas do que é ser jovem. Apesar do pouco interesse em aspecto organizacional, os jovens do assentamento Pirituba quebraram com o que Hebe S. Gonçalves chama de visão clássica, que, segundo a autora, entende a juventude “[...] como uma categoria social gerada pelas tensões inerentes ‘crise do sistema’” (GONÇALVES, 2005, p. 207) que acaba gerando duas visões. A primeira “[...] acentua o conflito e a busca pela experimentação; a segunda encaminha a postura individualista e narcisista, considerada típica da sociedade e juventude contemporânea” (GONÇALVES, 2005, p. 207).

Os jovens sujeitos desta pesquisa não corresponderam ao ideal hegemônico exposto pela socióloga, uma vez que tem como balizador os aspectos culturais ali desenvolvidos, como, por exemplo a socialização. Igualmente, não se encaixam na busca por conflito e desejo por experimentação, visto que muitos jovens desejam permanecer na terra pelo sentido de pertencimento ao local. Assim, apesar de os jovens não estarem necessariamente no MST, muitos desejam permanecer na terra e possuem aspectos de sociabilização, bem como elementos históricos e de memórias em comum.

De acordo com o que foi apresentado pelos jovens entrevistados, a organização deles se encontra desmobilizada. No ano de 2019, a pesquisadora entrou em contato pela primeira vez com o movimento, por meio de um encontro entre jovens do assentamento Pirituba, que infelizmente não foi para frente. A atenção do MST enquanto organização nacional está centrada no público infantil, por meio dos encontros sem-terrinhas. A juventude relatou que:

No encontro dos sem-terrinha a gente trabalha muito em dinâmica, tipo, é mais... não é um encontro do sem-terrinha, tipo... claro que tem a pertença do sem-terrinha e tal, mas é mais uma dinâmica com as crianças. Tem sempre uma mística no Dia das Crianças, dia 12 de outubro, e a gente traz uma atividade diferenciada pra elas, tipo, fazer gincanas, fazer oficinas e tipo, como montar pipa, como... oficinas de danças, oficinas de pintura, e a gente vai fazendo essas coisas, assim. No encontro dos sem-terrinhas mais ou menos é isso. Tem uma mística, tem apresentações, tem músicas, tem... gritos de ordens, né, que não pode faltar, claro... E todo sem-terrinha ama. [inaudível]. Por causa disso, por causa que não é só uma questão de tipo... É mais a brincadeira também com as crianças... essas coisas assim. A brincadeira apagada a luta, a luta apegada a brincadeira, é só união entre as duas coisas. É bem massa!... Fazer a conscientização das crianças também no encontro... É, a conscientização da pertença, né?! (TOPÁZIO, 2020).

Por meio do lúdico é trabalhada a pertença sem-terra com as crianças, como demonstrado por Topázio, morador da agrovila VI e que revelou que sempre esteve inserido nas relações pela participação de militantes ativos dos pais. A luta apegada à brincadeira

possibilita a conscientização da pertença: essa ideia da identificação de um passado enquanto sem-terrinha apareceu de maneira unânime nas entrevistas, mesmo que brevemente. Assim, mesmo com a desmobilização evidente entre a juventude, há uma relação com essa memória que impacta o cotidiano vivido, ao ponto de ser apontada como significativa e formadora do pensamento desse público em seus primeiros anos de vida.

Acerca do material produzido, o debate sobre a juventude vai além do recorte populacional e situa, principalmente, as relações e configurações sociais em que estão imersos. Nas entrevistas realizadas houve discussões acerca da juventude camponesa e suas particularidades. Por se tratar de uma categoria que representa identidades sociais e suas dinâmicas de processo, percebeu-se uma configuração social própria do lugar. Contudo, alguns estigmas que rondam essa população se reproduzem constantemente pelo ideal dominante.

Muitas das associações realizadas pelo senso comum e parte da literatura contemporânea estão relacionadas ao ideal pré-julgado do lugar, discussão observada em Raymond Williams, no texto *Campo e cidade* (1989). Segundo o autor “[...] as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder- um sistema mais amplo” (WILLIAMS, 1989, p. 19). Transpondo para a pesquisa, a realidade encontrada no assentamento Pirituba está associada a um contexto, em que mundo camponês, urbano e as dinâmicas que os permeiam estão conectados. A entrevistada Esmeralda, que reside na Agrovila II, relata como esses julgamentos constroem uma relação hostil, que pode ser vivenciada em diversos momentos:

[...] fui na faculdade na FAIT (Faculdade de Ciências Agrárias de Itapeva). Fui a única que saiu para fora mesmo, né, e é uma realidade bem diferente. Você não sabe com quem você está interagindo, o que você vai gostar ou não vai gostar. Se vai te acolher por você ser só assentamento ou não, então é mais complicado[...]. Tem diferenças bem grandes, quando a gente estuda em um lugar que é nosso é uma coisa, quando você sai para fora é outra realidade. Então, você tem que... eu não sou muito de ficar falando que eu sou do movimento [...] (ESMERALDA, 2020).

As desconfianças, aliadas ao preconceito, estão presentes nas vivências diárias dos jovens entrevistados. A população camponesa passa por diferentes adversidades pela forma de vida camponesa e os ideais ligados ao MST, como menciona a entrevistada. Mesmo que alguns setores sociais tenham melhorado neste aspecto, é inegável a permanência de estigmas que reduzem e simplificam a história do movimento, assim como da comunidade assentada. É o que os jovens do assentamento Pirituba confirmam em suas falas. Com isso, pode se afirmar que há

padrões de pensamentos previamente existentes, que não avaliam os aspectos particulares dos sujeitos e a historicidade que carregam. Descartar esse fato é ignorar a forma de vida imposta ao campo.

No caminho de respostas para esta pesquisa, foram observados dois tipos de trabalho. O primeiro tem como conclusão que os jovens não possuem interesse pelo campo, dessa forma, a comunidade teme pela continuidade do assentamento. Outra percepção encontrada na literatura foi a de que os jovens não têm os meios viáveis para se manter, visto o baixo número de ocupações e desapropriações dos últimos anos e o aumento exponencial das famílias assentadas. O local desta pesquisa se aproxima mais da segunda corrente. Citrino reafirma essa discussão:

As pessoas [...] Uma grande parte já não tá mais querendo mexer com a terra, talvez tá querendo um espaço para construir uma casa, tá querendo moradia. Então, tem as mesmas dificuldades, tanto é que os acampamentos são bem pequenos. Se falava em (19)85 em acampamentos de 1000 famílias, 500 famílias, hoje é 50 famílias, 40 famílias, 100 é já um acampamento grande, né?! Então, mudou esse lado, né (CITRINO, 2021).

Um dos problemas apresentados pelos jovens foi quanto à questão do trabalho, intensamente mencionada. Como se sabe, a luta do MST sempre esteve vinculada à sobrevivência pelo campo por meio da disputa de classes, em que a instabilidade da lavoura já é fenômeno conhecido. Entretanto, o que se mostrou nos últimos anos é a impossibilidade de lidar com a terra no lugar em que os jovens cresceram e se formaram enquanto camponeses. Esse é uma questão que tem atingido os pequenos agricultores, que perderam seu espaço nos últimos anos. A juventude é duramente prejudicada neste processo, visto que se preocupa com a instabilidade e os planos futuros, como aponta Castro (2009) ao afirmar que seus problemas estão diretamente associados à agricultura familiar. Segundo a entrevistada Rubi, os jovens se preocupam com a área produtiva:

Porque um dos grandes problemas de assentamento, é que quando a terra é ocupada, é dividida pra cada família que tava ali, um lote, só que essas famílias vão crescendo! Tem família que tá na quinta geração já, de quem ocupou[...]. Então..., teve muitos parentes que não tiverem espaço pra fazer uma casa ali, se quisessem (RUBI, 2020).

A falta de espaço significa, muitas vezes, a impossibilidade de trabalho, dado que as terras distribuídas são limitadas. Aliada ao desejo de permanecer no campo, participante das relações próprias do assentamento Pirituba e da família, um ponto significativo observado é que muitos procuram como alternativa empregos dentro do perímetro urbano. Assim, a cidade é um

espaço possível de sobrevivência, mas não necessariamente de identificação. Apesar de se tratar de um tema necessário a ser debatido, não cabe a esta pesquisa realizá-lo.

Sobre a relação geracional, a atualidade exige outras formas de relações que se diferem das vividas nos anos de 1980 e 1990, visto que os jovens do Assentamento Pirituba se mostraram capazes de criar seu próprio repertório cultural, com processos vividos por esses sujeitos que se modificaram em muitos aspectos de seus pais. O tempo e o espaço são balizadores na construção da narrativa histórica, por isso, o assentamento analisado não é o mesmo que os pais dessa juventude viveram ao longo dos anos, pois foi modificado ao longo dos anos. François Hartog salienta:

Ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber: sem querer ou até não querendo, sem saber ou sabendo, tanto elas são naturais. Ordens com as quais entramos em choque, caso nos esforcemos para contradizê-las. As relações que uma sociedade estabelece com o tempo parecem ser, de fato, pouco discutíveis ou quase nada negociáveis (HARTOG, 2013, p. 17).

As ordens estabelecidas pelo tempo são quase inevitáveis, como afirma o autor, por isso, percebe-se isso ao tratar do objeto da pesquisa. Com a chegada do assentamento novas relações de sociabilidade foram impostas pela configuração espacial do lugar. Agatha afirma:

Esses jovens ou viveram de muito pequenos, e os que nasceram ultimamente, as crianças de hoje, não viveram nada de tudo isso. Então, eles vivem um mundo do que ouvem falar dos avôs, muitos deles a terceira já de quem ocupou a terra, alguns já são a quarta geração de quem ocupou a terra. Então, eles já estão muito longe dessa vivência de ocupação, de acampamento (AGATHA, 2020).

Destaca-se que mesmo com as mudanças sociais causadas pela temporalidade, ronda sobre os jovens a importância da historicidade. Assim, a entrevistada apresentou as modificações da estruturação social e cultural do local, além de sua própria história, medida pelas memórias dos mais velhos que interferem na vida dos jovens. Muitos deles cresceram longe da vivência do acampamento, em que a solidariedade era elemento de continuidade da luta. Para quem, nasceram com “[...] terra produzindo, cada um em seu lote, com casa estruturada, com energia, com água encanada, e com essa vida já mais individualizada” (AGATHA, 2020). Apesar de os jovens reivindicarem e alegarem um aspecto comunitário, sendo este elemento do diferencial, para os mais velhos foi um ponto que se perdeu com o tempo.

Os jovens do Assentamento Pirituba têm como influência as atividades culturais ali desenvolvidas, visto que muitas noções de vida são baseadas nas dinâmicas que os permeiam. Ao longo do trabalho esse foi aspecto evidente, principalmente pela ênfase na vivência cultural enquanto crianças, por meio das atividades que eram realizadas com esse público. A vivência enquanto sem-terra na infância foi importante para as noções desenvolvidas posteriormente. Segundo Topázio, a:

Pertença de sem-terrinha, a é muito boa, é muito bom! Sempre senti isso, sempre. Principalmente porque também a minha mãe sempre procurava me envolver nessas atividades, não só ela procurava como eu também gostava, e procurava me envolver também (TOPÁZIO, 2020).

Identifica-se um leque de relações que constituem os jovens assentados, que estão entre as relações vividas, como as dinâmicas vivenciadas na infância com a mobilização dos sem-terrinha; e as herdadas, como os processos vividos pelos pais, que como visto anteriormente, transpõem os limites temporais, dado que integrou o acervo memorial dos entrevistados. A juventude se revelou autônoma perante o mundo adulto, assim como herdeira de diversos aspectos culturais e sociais desenvolvidos. Mesmo que para alguns o processo de luta pelo campo pertença a um contexto longínquo, a relação entre o acesso à terra e a construção da identidade estão presentes na subjetividade do sujeito, corroborando no processo de pertencimento. Para melhor tratar acerca da dinâmica de pertença, é preciso submergir no aspecto familiar, visto como dimensão da construção do sujeito ao longo da pesquisa.

Perspectiva dos pais e os vetores de permanência

Entende-se, nesta pesquisa, que o presente diz sobre o passado, como demarcador do impacto da historicidade em determinadas classes, locais e tempos. Essa perspectiva, advinda das concepções de Hartog (2013), é importante para pensar nos jovens do assentamento Pirituba e avaliar acerca da geração que os antecede. Diante disso, os pais emergiram no decorrer da pesquisa como atores sociais ativos entre a juventude, por isso, a necessidade da realização de uma série de entrevistas com esses sujeitos.

Nos momentos iniciais das conversas realizadas, percebeu-se que eles não corresponderam ao modelo costumeiro de família tradicional do sistema capitalista, comum nos centros urbanos, em que as famílias se encontram mais individualizadas. Em contrapartida, a família é compreendida como interventora direta da perspectiva dos jovens assentados, que tem a historicidade desses sujeitos como necessária em suas vidas. Nesse sentido, a família foi

imprescindível para entender a complexidade social na qual os jovens estão submetidos, por isso, integrou como vetor de decisão no fenômeno da pesquisa, visto que o âmbito familiar foi mencionado como um dos elementos para que os jovens permaneçam no campo. É provável que a família seja um elemento com raízes históricas, estando atrelada à maneira como o MST organizou sua luta, que como salienta Roseli Salete Caldart (2000), se deu por meio de núcleos familiares inteiros.

Ao longo do trabalho foram observados elementos em comum entre ambas as narrativas dos grupos da análise, os jovens e seus pais. Como mencionado, diferentes concepções da juventude são herdadas por meio da família. Algumas delas são a importância e a identificação de sem-terra, bem como dos espaços sociais em que houve essa formação. Todavia, as percepções dos pais são diferentes das apresentadas pelos filhos, que ressignificam diversas ideias, conforme a temporalidade em que se encontram.

A maioria dos moradores mais velhos vieram das comunidades camponesas do entorno e se estabeleceram por meio da atuação familiar, que perpetuou nas gerações posteriormente. Segundo a entrevistada Safira, moradora da agrovila V, que está no assentamento desde 1992, a forma que “[...] tava trabalhando, já não tava dando mais!” (SAFIRA, 2021) para o contexto local. Assim, a chegada do acampamento, em 1984, foi uma saída para a precarização vivida na região. Contudo, é necessário salientar que há atores que vieram de diferentes localidades, como foi o caso de Esfênio e Agatha, que migraram de São Paulo na procura de melhores condições. Conheceram o assentamento Pirituba por meio de conversas com moradores de rua em um projeto que integravam, que tinha por objetivo ajudar pessoas que se encontravam em vulnerabilidade na capital paulista. Agatha conta:

Um morador de rua foi nessa reunião, um morador que participava do nosso projeto, foi nessa reunião. Foi uma vez e conversou com a gente, com o Esfênio e eu, com o meu marido e eu. Conversou e explicou, e meu marido que já conhecia essa questão da luta pela terra, se interessou. Fomos lá para participar dessa reunião, e daí começou esse contato, e isso foi em junho de (19)94 [...] essas reuniões, estávamos preparando para ir na luta pela terra. O Esfênio e eu, com o pessoal do grupo de rua (AGATHA, 2020).

Casos como o do casal são exceções nos limites das agrovilas¹¹. Grande parte dos que residem em Pirituba vieram com suas famílias durante os anos de 1980 e 1990, o que mostra

¹¹ Esfênio, diferente de Agatha, nasceu e cresceu no campo, em Minas Gerais, tendo como elemento de ida ao assentamento Pirituba a sua história enquanto camponês. Contudo, coloco como exceção por não pertencerem ao contexto local, e por não terem migrado com filhos, pais ou parentes do gênero.

como o núcleo familiar duro¹² é característica desde o período de ocupações. Foi o vínculo familiar aliado ao histórico local que fez com que os sujeitos criassem raízes no assentamento Pirituba, bem como daquilo que ele representa: melhor possibilidade de vida. Percebeu-se que foram os motivos familiares e suas necessidades que fizeram diferentes vetores de significâncias emergirem ao plano concreto. Além disso, como mostrou a entrevistada, esse processo de entrada no acampamento não foi repentino e exigiu uma série de encontros, os quais todos citaram a participação ou saberes da existência deles próprios. Havia a necessidade de um projeto político definido e claro com a sua base, que como fala o historiador João Carlos de Souza (1995), eram comuns neste período que antecedia a ocupação. A organicidade aliada à perspectiva da melhoria de vida de famílias inteiras foi a marca do MST em seus anos iniciais no assentamento Pirituba.

A educação também emergiu como vetor de permanência, posta como uma das prioridades no período de ocupações. Percebe-se que o sistema escolar dentro dos acampamentos, mesmo que de forma improvisada, emergiu das preocupações em esfera primariamente familiar, o que foi exposto novamente por Agatha. A entrevistada salienta que a maioria dos acampados era:

Boias frias que tinham que abandonar a escola na primeira segunda série, na época. Que não tinham conseguido se alfabetizar, ou bem pouco, que só sabia escrever o nome, alguns nem o nome sabiam escrever. Então, as nossas salas de EJA era nesse contexto de acampamento também. Outra vivência que foi muito forte também (AGATHA, 2021).

A escola emergiu como solução imediata para o problema local. Por meio das anotações de observações de campo, percebe-se que a educação se constituiu enquanto projeto societário à comunidade e ao MST. No entanto, não apenas a escola em si, mas os aspectos formativos que existem na comunidade. O assentamento em questão utiliza diversas práticas para que se eduquem entre si e humanizem os sujeitos que passam pelo processo ali existente.

No processo formativo do assentamento, houve mudanças culturais no decorrer da historicidade dos assentados, que afetaram esses sujeitos pelas imposições das novas temporalidades e modificaram a estruturação espacial. Mesmos com as alterações, tiveram pontos de associação como a educação e família que se fizeram relevantes para as gerações

¹² O núcleo familiar duro é uma característica dos anos iniciais do MST, com a vinda de famílias inteiras para a ocupação do assentamento Pirituba.

apresentadas no trabalho. Para explicitar as modificações estruturais no assentamento em questão, Citrino diz:

Conforme os anos foram passando as conquistas foram aparecendo, foram surgindo. Embora, teve assim muitas dificuldades, mas nos primeiros anos de acampamento já conquistamos um pedaço de terra, e partir da então tudo muda, né? **As pessoas têm outras preocupações daí, né, que é a questão da produção, como produzir, o que produzir. O que dizer, a sua fonte de renda passa ser daí, depender de você pensar o que produzir com a família para poder vender aquele produto, e fazer dinheiro para sobreviver.** Então, as condições de vida foram melhorando, a partir de um ano já conseguimos implantar a escola municipal, o município estruturou a escola em uma sede antiga, primeiro ao quarto. E também, com o resultado da produção já a vida passou a ser diferente! De lona, melhorou os barracos, foi melhorando a situação da saúde, tinha atendimento. **Então, essa estrutura foi melhorando a qualidade de vida das pessoas. Do acampamento para o assentamento mesmo, que tinha caráter emergencial, melhorou** (CITRINO, 2021, grifo nosso).

Da fala do entrevistado, dois elementos chamam a atenção. O primeiro é a melhoria do espaço com a chegada do assentamento. O caráter emergencial, inerente ao processo de ocupações, saiu e deu lugar à melhoria estrutural. Todavia, compreendo, por meio da fala apresentada e das observações de campo realizadas, que a coletividade, ponto de permanência e do diferencial para os jovens assentados, diminuiu, não sendo presente entre toda comunidade. Agatha também menciona isso ao dizer que os jovens chegaram “[...] com essa vida já mais individualizada. Portanto, os nossos jovens viveram pouco essa outra fase comunitária coletiva, que a gente, enquanto adultos, fomos perdendo, não conseguimos manter viva essa vivência” (AGATHA, 2021). Destaca-se um ponto de divergência entre as gerações apresentadas, visto que para os pais esse fator foi se perdendo com as novas dinâmicas de assentados.

A mudança entre a fase de acampados e assentados não é uma novidade, já que ambos os períodos exigem outras preocupações. A mobilização pela luta, neste momento, deu lugar à preocupação em sobrevivência com a terra, que foi posta no plano concreto e como ponto de atenção imediato. Ainda assim, a perda da coletividade para os pais é uma quebra de sucessões. Segundo Carles Feixa e Carmen Leccardi (2010, p. 190) é isso que demarca uma geração, “[...] a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o ‘antes’ e o ‘depois’ na vida coletiva”.

Entende-se, que para alguns, a perda desta característica acampada marca o nascimento de outras dinâmicas de interação entre os sujeitos e o processo social. Contudo, os jovens acreditam que a comunhão seja uma característica presente entre a comunidade rural, e que não

se encontra em âmbitos urbanos, como elemento do diferencial para a permanência no campo. Isso se deve a comparações que fazem no tempo em que vivem, não encontrando a relevância desses aspectos entre a juventude da cidade. Assim, a coletividade entre os jovens é um aspecto cultural do assentamento Pirituba.

Outra questão a ser desenvolvida sobre os jovens é o fato de a ausência do processo de ocupações não significar o distanciamento cultural deste. Reforço novamente os significados que os jovens dão a este momento histórico como importante. Esmeralda explicita isso ao falar que: “[...] eu não passei pelas lutas; não passei pela barraca, não passei por outras conquistas, porque quando eu cheguei já estava tudo pronto: Tô, né, só você seguir agora. Então é a facilidade, mas eu conheço sim a luta dos nossos pais, de todos que estão aqui” (ESMERALDA, 2020). A entrevistada destacou a luta que os jovens têm em suas vidas, uma vez que afirma que está “[...] numa luta também até hoje, por todos que estão também lutando” (ESMERALDA, 2020). A luta vivenciada pela juventude possui características bem distintas da realizada por seus pais, já que não enfrentou o período de ocupação, no entanto, mesmo que haja configurações diferentes e outro modelo de resistência, os jovens estão em um momento de enfrentamento das próprias adversidades, como a dificuldade de permanecer no lote da família pela limitação da área produtiva, problema este que é atual e tem relação com a temporalidade em que vivem.

A resistência e conquistas não estão no plano individual, mas sim coletivo. As preocupações saíram da esfera particular e adentrou o social, vendo e revendo aspectos organizacionais da comunidade, o que levou a outros projetos societários, conforme a necessidade. Para melhor entender esse movimento organizacional no assentamento da análise, vale a reflexão de Caldart:

O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos [...], se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena (CALDART, 2001, p. 208).

Caldart (2001) mostra que apesar de existir todo um plano laborativo e constitutivo do que é ser sem-terra para o MST, há questões que são específicas do lugar em discussão. A luta

pela terra não é apenas o período das ocupações ou a lida na lavoura, mas sim todas as etapas para a permanência e socialização destes sujeitos no campo e fora dele. Sobre as percepções apresentadas, para os entrevistados que participaram do período de acampamento, há empecilhos que são próprios temporalmente das novas gerações e que interferem na realidade vivida. Sobre a relação de permanência, são poucos os jovens que participam ativamente da luta pela terra, questão exposta pela própria juventude. Aqueles que integram a resistência pela terra são filhos de militantes, o que demonstra o ponto familiar apresentado. Além desses, há os que participaram de forma colaborativa das atividades desenvolvidas pelo MST, o que explicita as dinâmicas culturais como interventoras.

Destaco as relações desse tempo como interventoras diretas das dinâmicas espaciais e sociais locais. O tempo traz consigo diferentes experiências aos sujeitos, ordens do tempo, as quais submetem o ser social sem ao menos perceber, como salienta Hartog (2013). Dessa forma, percebe-se que os sujeitos desta pesquisa estão submetidos às dinâmicas desenvolvidas temporalmente, não de forma determinista evidentemente, mas construída historicamente ao longo do percurso que os jovens da pesquisa fizeram. O tempo é fator indispensável no trabalho historiográfico, e mais importante do que ele como balizador é como modificador das vivências perpassadas.

A relação entre ficar e sair do campo envolvem diversas interações, subjetivas e objetivas, mais complexas do que o simples desejo, sendo a realidade e possibilidades vividas os principais balizadores. São as vivências do ser social que determinaram a consciência. Há uma gama cultural a qual o sujeito está submetido, assim, a tomada de decisão implícita no fenômeno do trabalho e no aspecto familiar. A permanência dos jovens no campo é individual e independente de determinismos. O sentimento de pertença está relacionado a uma ampla diversidade de sentimentos que se desenvolveram ao longo da vida. Contudo, é inegável que, enquanto categoria, os jovens têm trajetórias que se assemelham pelo próprio espaço e tempo, o que resultou na expressiva saída desses sujeitos no trabalho com a terra em Pirituba.

Como demonstrado ao longo deste artigo, a permanência na luta está pautada por um processo histórico de lutas e reivindicações, que assolam aos mais jovens de forma diversa que historicamente o MST conhece. Entretanto, o contexto mostra a necessidade de compreender esse fenômeno, até mesmo para a continuidade da luta por reforma agrária.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi entender o processo de permanência dos jovens do assentamento Pirituba na luta pela terra, além das relações sócio-históricas envolvidas no fenômeno. O trabalho exposto não é conclusivo, uma vez que se trata de um número limitado de levantamento de dados e de considerações ainda incipientes. Ainda assim, espero que este estudo seja válido para pensar outras experiências que se assemelham em alguns aspectos com o local da pesquisa.

Percebeu-se que a relação entre o ficar e o sair não está associada ao desejo de permanecer ou não, mas sim às possibilidades materiais fornecidas. Como foi visto, os jovens do assentamento Pirituba desejam se estabelecer no campo, entretanto, pelo número limitado de terras para a produção, essa viabilidade foi em grande parte cessada, o que levou muitos jovens a procurarem melhores oportunidades de vida em outros locais, visto que a área produtiva não acompanhou o crescimento familiar da região. Para aqueles que desejam permanecer no campo, por não encontrarem sentidos que consideram importantes na cidade, como a sociabilidade e comunhão entre a comunidade, optam por morar no campo e trabalhar na cidade, dado que grande comumente o trabalho do campo é limitado ao lote familiar.

O assentamento Pirituba, enquanto lugar de socialização, demonstrou forte histórico de lutas angariadas em prol das famílias camponesas da região, tendo a coletividade como fator relevante. Os jovens entrevistados nesta pesquisa demonstraram a importância que a sociabilidade, como elemento constitutivo do espaço, tem em suas trajetórias.

Como mencionado no início deste artigo, ao longo da pesquisa realizada, foi possível quebrar estigmas pessoais que se tinha em relação aos sujeitos da pesquisa. A partir do conhecimento e aprofundamento com o tema, foram compreendidas as particularidades que rondam esses sujeitos, bem com o histórico de lutas que permeiam a região. Assim, espera-se que o presente estudo seja também de grande valia para pesquisas futuras, que se proponham a pensar a localidade, bem como o tema proposto.

Referências

- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra: escola é mais do que escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CANDAU, J. **Memórias e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: A primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 45, 2016.

- CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias sociales** *niñe*, v. 7, n. 1, p. 179-20, 2009.
- DURSTON, J. **Juventud rural en Brasil y México**: reduciendo la invisibilidad. In: Políticas Sociales. Santiago do Chile, CEPAL, 1998.
- FEIXA, C; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, 2010.
- FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA**, dez. 2008.
- GARCIA JUNIOR, G. S. O populismo de Adhemar de Barros diante do poder militar no pós-64. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, 2005.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.
- REIS, A. T. Sobre a luta, as políticas públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva- SP. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, 2013.
- SOUZA, J. C. **A luta por habitação**: a construção de novos valores. EDUC: São Paulo, 1995.
- STEDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- WILLIAMS, R. **Campo e cidade**: Na história e na literatura contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.